



EDITORIAL / EDITORIAL

A IGREJA NO MUNDO: ALEGRIA E ESPERANÇA

The Church in the World: Joy and Hope

Celebra-se neste ano o quinquagésimo aniversário de promulgação da constituição pastoral Gaudium et spes (GS), do Concílio Ecumênico Vaticano II. Na dinâmica de recepção do Concílio pelas comunidades eclesiais, urge retomar o ensinamento deste importante documento e, sobretudo, as suas intuições originais, de modo a defendê-lo de certa crítica que o classifica como um "texto menor", se comparado às constituições dogmáticas Lumen gentium e Dei verbum, e à constituição Sacrosanctum concilium.

Há de se entender, antes de tudo, que a aplicação do adjetivo "pastoral" ao substantivo "constituição", longe de reduzir a GS a um status de menor importância no magistério conciliar, reconhece-lhe caráter de chave hermenêutica de todo o ensinamento proposto pelos Padres conciliares. Não por acaso, das quatro constituições do Vaticano II, a GS foi a última a ser promulgada, bem à véspera do solene encerramento do Concílio, fato que indica o espírito que deveria nortear, desde então, todos os esforços a se fazerem na recepção deste mesmo ensinamento. Desta forma, a marca da pastoralidade do Concílio, desejada e expressa por São João XXIII no discurso de abertura dos trabalhos conciliares, Gaudet Mater Ecclesia, é reproposta no ato de promulgação da GS pelo Bem-aventurado Paulo VI. Em suma, o caráter pastoral encontra-se na abertura e na conclusão do Concílio, fato a indicar que a Igreja deve assumir, no mundo, o rosto do Bom Pastor que veio "não para julgar o mundo, e sim para salvá-lo"(cf. Jo 12,47).

Quiçá a visão redutiva que alguns têm do princípio da pastoralidade da GS resulte do pensar a pastoral como mera ação da Igreja no mundo, quando em realidade a pastoral significa muito mais do que "fazer coisas": trata-se de ser transparência da presença do Deus Trindade que se autocomunica ao homem, chamando-o a viver em aliança com Ele (cf. DV 2-6). Ora, é a prática da caridade nas circunstâncias ordinárias da vida, e não só nas ações retumbantes (cf. GS 38), que se identificará

com "o esforço para a instauração da fraternidade universal" (GS 38). Aqui se entendem as metáforas de Jesus a respeito do modo de presença de seus discípulos no mundo: sal da terra, luz do mundo, fermento na massa. Nada há de mais estranho à autêntica pastoral da Igreja do que uma atitude de contumaz oposição ao mundo, postura que traduz esquecimento de que, na teologia do evangelho de João, a palavra "mundo pode significar, de acordo com o contexto em que é utilizada, lugar da salvação ou decidida conduta de recusa dela. Se tomarmos a palavra "mundo" em sua acepção positiva – lugar ao qual se destina o projeto salvífico de Deus (cf. Jo 3,16-17) –, não há, a rigor, oposição entre Igreja e mundo, e é esta precisa perspectiva de mundo que os Padres conciliares, em sua maioria, tomaram como ponto de partida em suas discussões sobre a presença da Igreja na sociedade. Não se pode mais viver como se ainda estivéssemos na Cristandade constantiniana: a voz da Igreja deve fazer-se ouvir em meio a tantas outras vozes, num contexto social marcado, por exemplo, pela pluralidade religiosa. Haja vista a expansão do islã e de novas propostas de experiência religiosa em várias regiões do planeta, e do neopentecostalismo na América Latina. Neste particular, a revisão da literatura patrística poderia ser de grande valia; à guisa de exemplo, mencione-se a Carta a Diogneto, dos primeiros séculos do cristianismo, que propõe a vida cristã como sendo a "alma" das sociedades humanas: "A alma se espalha por todos os membros do corpo como os cristãos pelas cidades do mundo" (VI,2, inSCH 33, pp. 64-65). Ou ainda, a partir da teologia contemporânea, lícito seria pensar a presença pastoral da Igreja no mundo e para o mundo como a sua "autorrealização" (cf. Karl Rahner, "Pastoraltheologie: ein Überblick", in Id., Sämtliche Werke, Bd. 19: Selbstvollzug der Kirche, Solothurn ; Düsseldorf : Benziger ; Freiburg im Breisgau: Herder, 1995, p. 7).

A recepção da GS por parte dos muitos e diversos segmentos da Igreja pode significar uma oportuna e autêntica metanoia dela mesma, no horizonte de um processo pedagógico de autorreforma. Entre muitos pontos a serem considerados, pensemos, aqui, na busca decidida de maleabilização das estruturas eclesiais, a ser ganha a partir da assimilação do espírito da GS. Ora, tal assimilação há de levar a Igreja a se abrir continuamente aos "sinais dos tempos", de modo a empreender um verdadeiro e sempre renovado *aggiornamento* de sua presença pastoral no mundo, segundo constante recomendação do Papa Roncalli. A Igreja conclama os fiéis todos, de modo especial os pastores e teólogos, à luz do Espírito Santo, a "auscultar, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra divina, para que a Verdade revelada possa ser percebida sempre mais profundamente, melhor entendida e proposta de modo mais adequado" (GS 44). Não mais a mera exposição de doutrinas com ranço de moralismo, que não raro "apaga o Espírito" (cf. 1Ts 5,19), mas a difusão da "verdade que Deus, para nossa salvação, quis fosse consignada nas Sagradas Escrituras" (DV 11). Os dogmas para nada servem se não forem colocados a serviço da presença evangelizadora da Igreja no mundo. Desta forma, sem negligenciar a "doutrina da fé", dê-se mais espaço ao "anúncio da Boa Nova do Evangelho", superando uma visão negativa das realidades terrenas decorrente de certo agostinismo e dando azo a uma autêntica humanização do mundo. Por sinal, recorde-se aqui a célebre

afirmação de Paulo VI em discurso na sede da Organização das Nações Unidas, a dois meses da conclusão do Concílio Vaticano II: a experiência histórica da Igreja credita-lhe a condição de "perita em humanidade" (Insegnamenti di Paolo VI, v. III: 1965, Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1965, p. 508).

Colocar-se a Igreja como aprendiz e colaboradora do mundo em nada lhe roubaria a dignidade e a nobreza. Com efeito, lê-se na constituição pastoral: "a Igreja, ainda que não tenha sempre resposta imediata para todos os problemas, deseja unir a luz da revelação com a perícia de todos, para que se ilumine o caminho no qual a humanidade entrou recentemente" (GS 33). Além de reconhecer que, ao longo de sua história, recebeu auxílio de homens de todas as classes e condições, a Igreja menciona o progresso que obteve "com a própria oposição dos seus adversários ou perseguidores" (GS 44). Neste processo de conversão, a Igreja, a exemplo de seu Senhor, colocar-se-ia a serviço dos homens em vista de um mundo melhor. É o que se depreende das próprias palavras da constituição pastoral: "A energia que a Igreja pode insuflar à sociedade humana atual consiste naquela fé e caridade, levadas à prática na vida, e não no exercício de algum domínio externo, através de meios meramente humanos" (GS 42). Tal postura seria corroborada por uma confiante e serena atitude de diálogo da Igreja com o mundo, sem temer que os legítimos apelos do mundo sejam levados em conta na formulação de suas propostas de ação evangelizadora. Ora, a inspiração do diálogo entre a Igreja e o mundo vem, por sinal, da própria iniciativa divina. Deus se revela como comunhão trinitária não se mantendo a distância dos homens e de suas lides, e sim habitando no mundo e morando com eles: "O Espírito Santo desceu sobre o Filho de Deus, que se fez Filho do Homem, habituando-se com ele a morar entre o gênero humano, a repousar sobre os homens e a habitar nas criaturas de Deus" (Irineu de Lião, Adversus haereses, Lib. III,17,1, in SCh 34, pp. 302-303).

A constituição pastoral GS propõe uma antropologia aberta e abrangente. A dignidade e o valor da pessoa humana, afirmados pela encarnação do Verbo divino, não são apanágio dos cristãos. Nos corações de todos os homens de boa vontade "a graça opera de modo invisível. Com efeito, tendo Cristo morrido por todos e sendo uma só a vocação última do homem, isto é, divina, devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus, ao mistério pascal" (GS 22). Ou seja, permitindo os homens que neles repouse e opere o Espírito Santo, Cristo ressuscitado acaba por ser a resposta ao enigma da dor e da morte, tão presente na vida humana (cf. GS 22). "Pela sua encarnação, o Filho de Deus uniu-se de certo modo a todo homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano" (GS 22). Esta afirmação norteia a reflexão antropológica da constituição pastoral, antes de tudo reconhecendo a dignidade da pessoa humana e motivando a Igreja a promovê-la, o que se coaduna com o resgate do sentido mais profundo da atividade cotidiana dos homens (cf. GS 40), sendo Cristo, "o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Começo e o Fim" (cf. Ap 22,13), a chave de interpretação da condição humana e o Senhor do qual a Igreja presta testemunho no mundo (cf. GS 45).

Em que pese a admissão da fragilidade humana, da inconstância do coração do homem, a GS assevera que o homem não se compara aos demais seres criados por Deus. Possuidor de um corpo, que é para ele um bem, deve governá-lo pela força da alma. Ora, é daqui que lhe brota a dignidade e a superioridade em relação às outras criaturas: "por sua vida interior, o homem excede a universalidade das coisas. Ele penetra nesta intimidade profunda quando se volta ao seu coração, onde o espera Deus, que perscruta os corações, e onde ele pessoalmente sob os olhares de Deus decide a sua própria sorte" (GS 14). Graças a esta posição singular no cenário da criação o homem não se deixa levar pelas sugestões de uma "criação imaginária"; pelo contrário, "atinge a própria profundidade da realidade" (GS 14).

Ainda no que concerne à antropologia da GS, referências preciosas são feitas ao caráter comunitário do homem, a começar pela vocação ao matrimônio e à vida familiar, e a ganhar forma no responsável engajamento político. De modo particular aos cristãos leigos, a constituição pastoral apela a que "esclarecidos pela sabedoria cristã e prestando atenção cuidadosa à doutrina do Magistério, assumam suas responsabilidades" (GS 43). Desta forma, estarão aptos "a impregnar o mundo de espírito cristão [...] e a serem testemunhas de Cristo em tudo, no meio da comunidade humana" (GS 43).

A GS reconhece "a autonomia das realidades terrestres", uma vez "que as coisas criadas e as mesmas sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem" (GS 36). É de notável significado a admissão, por parte dos prelados, de erros históricos que representaram incompreensão para com o papel da ciência entre os homens: "Seja-nos permitido lamentar algumas atitudes que não faltaram, às vezes entre os próprios cristãos, por não se reconhecer claramente a legítima autonomia das ciências" (GS 36). Passa-se a ter, com a GS, uma nova compreensão de progresso: não mais algo a ser visto com suspeita, atitude que pareceria sugerir desastrosa autonomia da criatura em face do Criador, mas como "sinal da grandeza de Deus e fruto de seu inefável desígnio" (GS 34).

*A constituição pastoral GS, após cinquenta anos de sua promulgação, é atual em suas intuições básicas e motivadora da vivência cristã na sociedade hodierna. Demonstra-o sua recepção por um documento pontifício recente: a exortação apostólica *Evangelii gaudium* (EG), do Papa Francisco. Neste texto, Francisco, de fato, repropõe a constituição pastoral GS, convidando-nos a relê-la num contexto sócio-político-econômico novo e complexo.*

Assim como a constituição pastoral refere-se à vinculação entre os desequilíbrios do mundo moderno e o "desequilíbrio mais fundamental radicado no coração do homem" (GS 10), o Papa Francisco, tratando especificamente do problema da idolatria do dinheiro, recorda que na origem da atual crise financeira "há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano" (EG 55). Ainda que a constituição pastoral e a exortação apostólica partam da avaliação de questões diferentes, confluem na constatação de que os problemas que nos afligiam

há cinquenta anos, e aqueles que nos atormentam hoje, originam-se da falta de respeito ao ser humano criado à imagem e semelhança de Deus.

Em sintonia com o ensinamento do documento conciliar, o Papa Francisco tem feito instantes apelos para que a Igreja exercite a misericórdia em meio aos homens. Com efeito, “a Igreja “em saída” [...] vive um desejo inexaurível de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusiva” (EG 24). Ora, “a Igreja não é uma alfândega, mas a casa paterna” (EG 47). No caso particular da administração do sacramento da reconciliação, o Pontífice afirma que “o confessorário não deve ser uma câmara de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor. [...] A todos deve chegar a consolação e o estímulo do amor salvífico de Deus, que opera misteriosamente em cada pessoa, para além dos seus defeitos e das suas quedas” (EG 44).

*Necessário ainda que se mencione o destaque dado pelo Papa Francisco aos pobres. Ainda que tenham ocorrido esforços de alguns Padres conciliares para que os empobrecidos deste mundo ocupassem lugar privilegiado nos documentos, – recordemos a propósito as figuras de Helder Camara e Giacomo Lercaro –, eles foram nomeados como tais em poucos textos conciliares (por exemplo: LG 8 e GS 1). Em que pesem tais lacunas, não se pode esquecer que no processo de recepção do Vaticano II na América Latina, o mundo dos pobres foi assumido com determinação, já a partir de Medellín. Ainda que, nas últimas décadas, tenha havido hesitações da Igreja quanto a esta questão, o pontificado de Francisco é inspirador no sentido de voltarmos para os que não contam neste mundo, e tomá-los como os destinatários por excelência do anúncio do Evangelho. Não por acaso, na recente carta encíclica *Laudato si'*, sobre o cuidado da casa comum, ressalta Francisco em inúmeras passagens a íntima relação que há entre a degradação do meio ambiente, a inexistência de uma política ecológica integral e o agravamento das dores dos empobrecidos (cf. LS 10, 13, 20, 25, 27, 29, 30, 45, 48, 49, 52, 53, 64, 91, 93, 109, 117, 128, 139, 158, 162, 232, 237, 241, 243, 246). O Papa Bergoglio, na condição de latino-americano e primeiro pontífice de uma Igreja pós-Vaticano II, mostra-se determinado no resgate desta preocupação nascida durante os trabalhos conciliares e não devidamente contemplada nos textos publicados.*

Transcorridos cinquenta anos de sua promulgação, a constituição pastoral GS guarda muito de sua índole motivadora e de sua força propulsora. Compete a nós, membros da Igreja, abeberar-nos de seu ensinamento em vista de nossa presença no mundo e de nossa vocação de sermos sinal daquele que “veio para que todos os homens tenham vida, e a tenham em abundância” (cf. Jo 10,10).